

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Dado Cherem - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, vou iniciar falando sobre a decisão do juiz Hélio do Valle Pereira, respondendo a uma ação feita por nós, pela nossa defesa com relação à comissão de Ética que foi montada pelo PDT a partir da decisão de dezembro do ano passado, que teve como resultado, agora em setembro deste ano, a expulsão deste parlamentar daquele partido.

A alegação da nossa defesa foi de que a comissão de Ética era ilegítima, uma vez que a forma como foi constituída desrespeitava o próprio estatuto do PDT. O estatuto determina que a

comissão de Ética do partido seja constituída na convenção estadual e que tenha um período de vigência, que é até a convenção seguinte. Portanto, é uma comissão de Ética permanente.

O que o PDT fez, na verdade, uma vez que não tem convenção, porque é sempre convenção provisória, foi criar uma comissão de Ética para analisar uma situação específica sobre o possível cometimento de infidelidade de um de seus militantes, no caso este parlamentar.

Por fim, nesta semana, o Poder Judiciário catarinense decidiu em curtas palavras, concordando com a nossa argumentação de que aquela comissão de Ética foi um tribunal de exceção. Portanto, invalidou a constituição da comissão de Ética e, conseqüentemente, de todos os atos por ela tomados.

Consideramos - evidentemente que isso foi uma vitória no campo jurídico porque nos indignou muito, e até expressei isso nesta tribuna - os termos utilizados pela comissão de Ética para qualificar este parlamentar, termos esses com os quais discordo. Não me considero santo, isento de divergências com a direção daquele partido, e as tivemos de forma pública, inclusive. No entanto, a afirmação de que este parlamentar apenas pensa em si e age em interesse individual ofendeu-me, e muito, porque se estamos aqui efetivamente não é, com certeza, por interesse pessoal, individual e de carreira política.

Estamos aqui por um mandato, por uma demanda e por um projeto coletivo, a começar pelos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, mas um projeto coletivo que entendo também como um projeto de sociedade; um projeto novo de sociedade diferente.

A importância desta tribuna e do mandato é justamente poder fazer esse debate com toda a sociedade interessada nele, inclusive com a nossa categoria, com os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, poder fazer uma reflexão internamente da função histórica, da missão constitucional e do mandato histórico que os militares estaduais, que os policiais e bombeiros

têm numa sociedade dividida em classes como a nossa.

A decisão do dr. Hélio do Valle Pereira nos lava a alma, deixa-nos alegres, deixa-nos aliviados.

Do ponto de vista político, evidentemente que a anulação da comissão de Ética anularia também o processo de expulsão. E anulou o processo de expulsão.

Vale dizer que a partir do dia 28 de setembro, quando o PDT deliberou, na sua direção estadual, a expulsão deste parlamentar da filiação, daquele partido, em 72 horas nós fizemos a discussão e no dia 1º de outubro realizamos a filiação ao Partido Socialismo Liberdade, aqui mesmo, na sala de imprensa deste Poder.

Do ponto de vista político, no entanto, é o que vale, até porque é impossível imaginar a possibilidade de retorno a uma sigla que agora, por decisão da Justiça, realizou um processo de caças às bruxas, de perseguição política contra um parlamentar. Evidentemente que a convivência seria impossível a relação de confiança mútua está, como já esteve há um bom tempo, irremediavelmente quebrada.

Agora militante, um filiado ao Partido Socialismo Liberdade, nessa aliança que a minha organização política, o polo comunista Luiz Carlos Prestes fez com o PSOL em Catarina, com o aval da direção nacional do PSOL, tenho o objetivo de continuar realizando o mesmo trabalho político e organizativo de defesa dos interesses da classe trabalhadora ou das classes trabalhadoras e das bases da sociedade catarinense e, até onde possível, da sociedade brasileira.

O nosso nome está à disposição dessa militância, dessas bases da sociedade brasileira, dos segmentos estaduais e de outros setores da classe trabalhadora e também da militância do PSOL como agremiação política para concorrer a qualquer cargo eletivo para a eleição de 2014. É óbvio que o deputado estadual é, no mínimo, candidato novamente, a deputado estadual, porque é óbvio

também que todo mundo que entra jamais quer sair. Se for o caso, quer ocupar outro cargo.

Eu queria dizer neste caso justamente porque aquilo que a comissão de Ética do PDT escreveu não é verdade. Nós não temos perspectivas individualistas, vontades pessoais nessa atividade.

Eu afirmo desta tribuna que o nosso nome, a nossa militância está à disposição para concorrer a qualquer cargo eletivo de preferência na chapa majoritária. E este parlamentar é um dos nomes do PSOL como pré-candidato ao governador. Há também a disputa ao senado que está em discussão, além das chapas a deputado federal e estadual.

Estou discutindo com os companheiros da nossa base outro companheiro que possa assumir, eventualmente, na pré-candidatura para deputado estadual na perspectiva de me substituir nesta tarefa que é árdua, deputado Padre Pedro Baldissera, e não uma satisfação, um idílio como se argumentou ou como se possa pensar.

Então, quero fazer esta manifestação e dizer que ficamos alegres sim, satisfeitos, porque o Poder Judiciário disse que este deputado foi perseguido politicamente pela direção estadual do PDT e o processo criado foi um tribunal de exceção criado especificamente para julgar, com partes das pessoas, inclusive faziam parte daqueles que já tinham feito a denúncia. Portanto, alguém denuncia e julga de uma decisão que é tomada previamente.

A nossa militância e intenção, com todas as deficiências e falhas que tenhamos, é com certeza no caminho da construção de um projeto coletivo por uma sociedade nova, democrática, igualitária, fraterna, sem classes sociais. Essa é a estratégia, o rumo, o horizonte maior a ser seguido, que não alcançaremos possivelmente em vida, deputado Padre Pedro Baldissera, mas mesmo assim o nosso trabalho há de ficar para que gerações futuras possam continuá-lo, quiçá em melhores condições.

Também quero falar sobre a audiência pública em Balneário Camboriú, na noite de ontem, da comissão de Constituição e Justiça, para discutir

segurança pública e operação veraneio e do discurso contundente do prefeito do município e ex-colega deputado Edson Piriquito sobre a falta de investimentos de apoio, de suporte do governo do estado no quesito segurança pública. Na posição deles, demonstrada com números e gráficos, o poder municipal está abandonado pelo estado. Esse foi o termo usado. Faltam efetivos, apoio e estrutura para a segurança pública no estado de Santa Catarina.

Então, o discurso do prefeito Edson Piriquito foi contundente ao dizer que falta apoio do governo do estado para a segurança pública na cidade de Balneário Camboriú. E diante dele tive a oportunidade de dizer que seria muito bom que a referida cidade estivesse sendo discriminada, porque daí bastaria realocar efetivos e recursos de outras cidades para o município, mas não é o caso. A cidade de Balneário é mais um caso das outras 294 cidades de Santa Catarina que faltam efetivos, estrutura, condições, suporte do poder público estadual, do ente federado para realizar a sua missão constitucional, que é garantir a segurança pública.

Evidentemente que esse é um debate que prosseguirá e voltaremos a falar sobre isso, inclusive o prefeito Edson Piriquito se propôs vir aqui para, desta tribuna, falar sobre essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação, deputado Sargento Amauri Soares, eu e o deputado Silvio Dreveck ficamos com uma dúvida e gostaríamos que v.exa. viesse até a Mesa para nos ajudar a esclarecer esse assunto.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Srs. deputados, sras. deputadas, sras. assistentes, estimados e estimadas catarinenses que acompanham esta sessão, gostaria de fazer um comentário sobre dois projetos de lei que dei entrada nesta Casa, mas

antes queria fazer uma repercussão aqui de uma votação no Senado, em primeiro turno, que determinou o fim do voto secreto. Nós já tomamos essa iniciativa nesta Casa. A Assembleia Legislativa já aprovou a abertura do voto e agora de manhã ainda estava um vereador conversando comigo no gabinete sobre se era possível fazer isso nas Câmaras. Claro que é possível! Não somente é possível, como deve ser feito. Muitas Câmaras já fizeram isso.

Então, fica aí a dica, embora penso que, dependendo da redação final que ficar na votação que o Senado e a Câmara fizerem, o voto será estendido e aberto, inclusive para todas as Câmaras municipais, não havendo talvez - digo talvez porque não temos ainda a votação final - necessidade de mudar os Regimentos das Câmaras, já que ficariam inconstitucionais se fosse determinado voto fechado.

Mas, de qualquer forma, o ideal é que as Câmaras de Vereadores também tomem a iniciativa e façam essas ações, embora isto, é claro, esteja dentro da autonomia das Câmaras. Mas muitas Câmaras já fizeram isso.

Sr. presidente, gostaria de dar conhecimento a esta Casa que protocolamos ontem dois projetos de lei que julgamos importantes. Um deles o fizemos também em parceria com o nosso companheiro colega deputado Volnei Morastoni, que é o presidente da comissão de Saúde e que tem, pelas questões de saúde, prioridade absoluta. Elaboramos um projeto de lei para facilitar à população essa questão das vacinas. Temos, todos os anos, dificuldades para a aplicação das vacinas. O caso mais típico é o da vacina da gripe. Apenas clínicas especializadas podem aplicar essas vacinas. A população sofre e não consegue obter acesso. E nós sabemos que essa é uma atribuição do farmacêutico, pois, por sua formação, tem condições de fazer a dispensa de vacinas e a prestação de serviços de aplicação desses medicamentos.

Então, para facilitar isso nós propusemos esse debate na Assembleia Legislativa, já que o farmacêutico é um profissional da saúde que tem a

responsabilidade técnica e condições de fazer todas as atividades inerentes a este âmbito farmacêutico. Com certeza, a saúde pública vai ganhar com isso.

Por isso estamos fazendo esta proposição para o debate na Assembleia Legislativa.

Uma segunda proposição que fizemos também é o respeito aos programas habitacionais, e no caso aqui é um projeto estadual, especificamente, da Companhia de Habitação do estado de Santa Catarina, da Cohab. Quando forem construídos esses programas habitacionais que seja reservado um percentual dessas habitações, no mínimo 5%, caso haja interessados, porque não havendo interessados, depois de abrirem o prazo e a possibilidade, é claro que vai ser preenchido pelos demais. Mas que abram esse prazo para serem reservados nas unidades às pessoas portadoras de HIV, AIDS ou para familiares por elas responsáveis que muitas vezes ainda, apesar de toda discussão de não discriminação, sabemos que ainda há esse tipo de coisa.

Então, cabe ao poder público fazer ações para permitir o acesso também àquelas pessoas que ainda sofrem discriminação. E no caso dos conjuntos habitacionais de caráter popular, dos imóveis populares pelo estado afora, essa percentagem sendo reservada para essas famílias, para esses responsáveis pelos portadores de HIV, AIDS, corrige mais uma injustiça na busca de se dar garantias do estado àqueles que mais precisam. É claro que havendo disponibilização dos imóveis e o número de selecionados não ocorreram, os 5%, obviamente que essas vagas poderiam, então, ser comercializadas.

São ações importantes. Eu gostaria apenas de trazer alguns dados observados no Brasil, em 2011, ou seja, o boletim epidemiológico do departamento de DST, AIDS e hepatites virais da secretaria de Vigilância da Saúde, do Ministério da Saúde, que demonstra uma taxa de 20.2 por 100.000 habitantes portadoras. Então, há um número grande de portadores ainda.

E no Rio Grande do Sul são 40,2% e em Santa Catarina 36,4%. O sul, portanto, apresenta as maiores taxas nacionais, ou seja, a primeira taxa maior nacional é o estado do Rio Grande do Sul e a segunda taxa maior nacional é o estado de Santa Catarina de portadores de HIV (AIDS). É um número significativo e o estado está-se preocupando com isso fazendo ações que possam diminuir esse número, mas também para aqueles que já são portadores possam ser feitas ações sociais para facilitar a vida dessas pessoas.

Portanto, esses projetos irão tramitar nesta Casa e certamente faremos um bom debate, mas vamos apelar aos srs. deputados apoio e, quem sabe até, o aperfeiçoamento dos mesmos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentá-lo, sr. presidente e, ao mesmo tempo, cumprimentar todos os nobres pares desta Casa e dizer que o tema que irei focar hoje será sobre o esporte de Santa Catarina. Vou deixar para falar semana que vem a respeito da Chapecoense, que basicamente já está consolidada na série A do Brasileiro.

Em primeiro lugar, vou falar um pouquinho das dificuldades que enfrentam os nossos atletas, principalmente dos iniciantes na carreira, e das equipes de base. Percebe-se que a dificuldade é maior no interior do estado de Santa Catarina, onde não há a presença dos grandes clubes, das grandes equipes, que não oferecem uma estrutura e condições para permitir que esses atletas possam aflorar o seu talento e aparecer no cenário de destaque do esporte do estado catarinense e também do país.

Sabemos que para chegar ao estrelato é preciso muita dedicação, muito esforço pessoal desses atletas, porque a grande maioria, digo isso com toda segurança, ou seja, mais de 98% desses atletas conseguiram chegar ao ponto mais alto da sua carreira por sua conta, pagando suas despesas, contando apenas com o apoio familiar. Eles tiveram que enfrentar grandes dificuldades para chegar a esse cenário.

(Passa a ler.)

"Quero, nesta manhã, enaltecer dois atletas da modalidade de Futsal que estão levando para o mundo o nome da cidade de Palmitos e de Santa Catarina, que são os jogadores Dione Alex Veroneze, conhecido internacionalmente como Bateria, e Dyego Zuffo, conhecido como Dyego".

Peço à assessoria para passar o vídeo que mostra alguns lances da participação deles nas equipes que estão representando hoje vestindo a nossa camisa verde e amarela, que é um sonho de toda a juventude que pratica esporte, que se dedica, que treina, que tenta colocar a sua habilidade aos aplausos de todos os telespectadores.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Continua lendo.)

"Os dois atletas realizaram o sonho de chegar à Seleção Brasileira no seu esporte que é o Futsal. A dupla de amigos de infância, que pela primeira vez chegou à seleção, já ganhou um título na disputa do Grand Prix de Futsal, realizado no final do mês passado em Maringá, no Paraná, com a participação das principais seleções mundiais.

Bateria tem 23 anos e atua como ala. Faz três anos que ele defende o Intermovistar, da Espanha. Dyego está com 24 anos e também joga como ala. É um dos destaques da equipe do Krona, de Joinville. Os dois amigos começaram a jogar juntos em Palmitos. Depois tiveram uma passagem por Chapecó e ganharam mundo na modalidade de futsal.

Entre tantas matérias publicadas na imprensa sobre Bateria e Dyego, reporto a do jornal *Expresso D'Oeste*, que trouxe em uma das suas edições uma página com destaque para a conquista

dos dois jovens palmitenses. Diz o trecho da matéria: 'Os anos se passaram e agora a dupla está entre os principais jogadores do Futsal mundial. Bateria foi eleito um dos craques da última edição do campeonato da Espanha, alcançando a marca de artilheiro da equipe. Já o ala Dyego é um dos destaques do Krona de Joinville e concorre ao melhor jogador da Liga Futsal de 2013.

Quero aqui render as minhas homenagens aos dois jovens que servem de exemplo positivo para as novas gerações e que sejam incentivados à prática esportiva. O esporte traz disciplina, senso de organização e faz bem à saúde.

Nesta semana tivemos outra boa notícia para o futsal de Santa Catarina. O jogador Grillo, que é de Iporã do Oeste e defende o Atlântico de Erechim, no Rio Grande do Sul, também vai fazer parte da nova convocação da seleção brasileira que irá disputar um torneio no Vietnã, em novembro.

Parabéns ao Bateria, ao Dyego e também ao Grillo. Ficamos aqui na torcida por novas conquistas e, acima de tudo, para vermos o talento desses jovens catarinenses brilhando internacionalmente vestindo nossa camisa verde e amarela, mas também representando suas equipes, tanto a de Joinville, quanto a do Rio Grande do Sul e a da Espanha, onde hoje está jogando o atleta Bateria.

Nossa satisfação era poder fazer uma homenagem neste Parlamento com a presença desses atletas, mas neste momento todos estão disputando campeonatos aqui no Brasil ou até mesmo na Espanha. Fato que dificultou o momento de estarem aqui recebendo uma homenagem desta Casa por serem três catarinenses que estão se destacando nesta modalidade por todo país e no exterior.

Outro tema que quero abordar neste espaço, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, e já que estamos falando de exemplos é o que vem da área da saúde. Sabemos que é um setor que enfrenta imensas dificuldades para poder atender à população. Mas cabe aqui destacar um programa que vem sendo desenvolvido pelo governo federal, governo do estado, através da secretaria da Saúde,

em conjunto com as prefeituras, que é o Programa de Atenção Básica à Saúde e Telessaúde.

A Atenção Básica envolve ações que se relacionam com aspectos coletivos e individuais e visa resolver os problemas de saúde mais frequentes e de maior relevância para a população.

Na semana que passou foi realizado, em Florianópolis, o 6º Encontro Estadual da Saúde da Família, onde municípios receberam premiações em dinheiro para aplicar exclusivamente em saúde e, com isso, atender melhor as comunidades.

Quero parabenizar os prefeitos, secretários, secretárias e servidores da saúde dos municípios da região extremo oeste, oeste e meio-oeste que foram reconhecidos com a distinção da premiação.

Na Telessaúde destacam-se Novo Horizonte; no oeste os municípios de Vargem Bonita, Presidente Castelo Branco e Arvoredo, no meio-oeste.

Na Atenção Básica as premiações variam de R\$ 15 mil a R\$ 50 mil. Os municípios premiados foram Chapecó, Pinhalzinho, Quilombo, Cunha Porã, Caibi, Santa Terezinha do Progresso, Jupiá, Riqueza, São Miguel da Boa Vista, Nova Itaberaba, Flor do Sertão, Coronel Martins, Salto Veloso, Peritiba, Alto Bela Vista, Palma Sola, Iomerê, Tigrinhos, Belmonte, Ipira e São Domingos. Esse trabalho no dia a dia de cada município melhora, com certeza, as condições e vida das pessoas e previne uma série de doenças mais graves.

Parabéns, mais uma vez, ao trabalho dos servidores da saúde desses municípios!"

Nós, que acompanhamos e vivemos o dia a dia e as dificuldades dos nossos prefeitos municipais, principalmente nesse setor, que é um dos mais difíceis de conduzir a máquina pública, que é a saúde, temos que aplaudir de pé quando os municípios são destaques, porque não é fácil uma saúde de qualidade com pouco recurso.

O deputado José Milton Scheffer tem acompanhado esse trabalho, como também o deputado Neodi Saretta, que foi prefeito, e já vivenciou isso, e nós sabemos que não é fácil atendermos com a qualidade que a população espera sem termos recurso financeiro suficiente para podermos

colocar mais remédio no posto de saúde, termos bons profissionais, bons médicos atendendo.

Então, quero louvar a iniciativa da nossa presidente da República, no momento em que dá abertura para virem médicos de outros países atuarem no Brasil, porque é com ações dessa natureza que vamos permitir que o cidadão tenha mais oportunidade para tratar a sua enfermidade.

Os prefeitos, angustiados, acabam muitas vezes tendo que dizer um não no momento em que um paciente enfermo o procura na prefeitura, porque a vida da administração municipal é um pouco diferente da vida que temos em Florianópolis ou em Brasília. Lá nas regiões os municípios lidam diretamente com o povo, diretamente com as pessoas que precisam, as quais estão bem mais distantes da nossa capital e mais distantes ainda do governo federal. E quando eles não encontram o prefeito, o secretário da Saúde, o vereador, os atendentes de saúde na prefeitura, eles procuram na Casa, e não têm dificuldade alguma de chegar até a sua Casa. E aí percebemos a angústia de um prefeito, de um secretário da Saúde em não conseguir atender a demanda de sua população por falta de recurso financeiro.

Temos que destacar também que embora tenhamos todas essas dificuldades, não faltam esforços por parte dos secretários e prefeitos de todos os nossos municípios em melhorar cada vez mais a saúde. Mas hoje há um teto obrigatório para gastos e investimentos em saúde nos municípios, que é de 15%.

Acompanhando a publicação de muitos municípios de suas contas, de seus orçamentos, de suas despesas, tenho percebido que é muito raro encontrarmos um município em Santa Catarina que gaste somente 15% em saúde. O que mais percebemos são municípios gastando acima dos 22% da sua receita em saúde. E aí há tantas outras áreas para atendermos, tantas outras necessidades dos municípios para serem resolvidas e não temos recursos financeiros suficientes.

Nós precisamos, mais do que nunca, despertar Brasília para este momento, despertar Brasília

para essas necessidades que o povo clama, que são melhores condições de saúde.

Temos que repassar mais recursos. Brasília não pode ficar somente na casa dos 3,7%, 3,8%, 3,9% da sua receita para investimento em saúde. Temos que chegar a, no mínimo, 10% de investimentos, porque desta forma vamos conceder aquilo que é o mais importante para as pessoas, que é a oportunidade para tratar a sua enfermidade, e de preferência em um município bem próximo da sua família, porque é ali a recuperação estatisticamente se apresenta como mais rápida e mais eficaz. E de que forma vamos fazer isso? Repassando mais recursos, para que os municípios possam cumprir a sua atividade fim. E lá onde frisei que o contato com a população é permanente, isso acontece diariamente.

Então, investindo mais em saúde, repassando esse recurso para quem efetivamente tem a obrigação de executar, vamos conseguir dar dignidade, dar melhores condições de vida a todas as pessoas, principalmente ao trabalhador, que é aquele que pede somente uma coisa do governo: melhores condições de saúde, porque tendo saúde o trabalho, além de dignificar o homem, vai permitir com que ele alcance os seus objetivos e viva melhor. Mas quando não se tem saúde, não se consegue fazer muita coisa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu já havia me manifestado nesta sessão, mas venho novamente à tribuna para não deixar passar em branco o horário do PT e porque tenho um assunto importante para abordar, que iria tratar na próxima terça-feira, mas já o antecipo nesta sessão.

Na próxima semana, com início no dia 20, teremos um importante evento, que será a

Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador da CUT de Santa Catarina.

Há, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, a qual tenho a satisfação de presidir, que tem feito diversos eventos nesta Casa e debates, visando à questão da saúde do trabalhador, que é tão importante.

Mas as entidades que propuseram a criação dessa frente têm feito eventos importantes para debater esse tema. E este ano teremos a realização da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT de Santa Catarina e do Brasil, cujo objetivo é o seguinte:

(Passa a ler.)

"A sensibilização das lideranças a respeito da importância e da centralidade dos temas relacionados à saúde do trabalhador. Ou seja, evidenciar que não é simplesmente um tema transversal que influencia circunstancialmente a vida do trabalhador e da trabalhadora de maneira pontual e fortuita no momento em que adocece ou é vítima de um acidente do trabalho. Pelo contrário, saúde do trabalhador é um campo de intervenção complexo."

Eu usei esta frase dos objetivos do evento para exemplificar um pouco a importância desse evento que terá, a partir da abertura, uma mesa debatendo a situação da saúde do trabalhador no Brasil e em Santa Catarina - isso no dia 20, com a abertura às 18h30. E depois, no dia 21, no segundo dia, haverá o encaminhamento dos trabalhos em grupo, debates e depois a plenária trazendo questões sobre a conferência nacional da saúde do trabalhador, sobre as intervenções no Conselho Estadual de Saúde, nas comissões intersetoriais de saúde do trabalhador, sobre o Cerest - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

Enfim, essa conferência será muito importante e estamos divulgando-a - e estaremos lá na abertura - porque esse tema da saúde do trabalhador tem-se tornado relevante a cada dia mais pela quantia de problemas relacionados ao trabalho que podem ser prevenidos com ações,

conscientização e políticas públicas que possam trazer o cuidado na área da saúde do trabalhador. Um esforço conjunto entre o poder público, a iniciativa privada, a comunidade e as entidades populares e sindicais poderá amenizar essa questão e melhorar cada vez mais a saúde do trabalhador.

Era este o registro que eu queria fazer nesta sessão, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSDB, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Na ausência de representantes do Democratas, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Bom-dia, sr. presidente da Assembleia Legislativa em exercício e também desta sessão, deputado Romildo Titon! E em seu nome cumprimento todos os deputados estaduais aqui presentes.

Hoje assomamos à tribuna para ressaltar uma conquista para nós, do sul do estado, muito importante, que vai acontecer no próximo sábado, que será a assinatura da autorização para a abertura do processo licitatório da pavimentação da rodovia que liga o Balneário Campo Bom, no município de Jaguaruna, até o município de Sangão.

Essa é uma conquista que já vem há muitos anos sendo reivindicada e aguardada pela população do sul do estado, que agora, graças à ação do governo do estado, ao plano de investimentos do governador Raimundo Colombo, torna-se possível de realizá-la. Uma obra que compreende cerca de 7,2 Km de extensão e que tem um custo estimado no valor de R\$ 7 milhões. Uma obra relativamente barata, mas que vai impactar positivamente a vida de mais de 100.000 pessoas que utilizam essa rodovia. São

vários municípios que a utilizam para chegarem até o Balneário de Campo Bom, que terá, a partir da pavimentação dessa rodovia, uma valorização muito grande, não somente em suas propriedades, mas também um avanço muito grande da população desse importante balneário da cidade de Jaguaruna. É uma obra aguardada há muitos anos pelos moradores das cidades de Sangão, Jaguaruna e pelos municípios de Criciúma, Tubarão, Morro da Fumaça, Urussanga, Cocal do Sul. Toda essa população acaba utilizando esse balneário como uma área de lazer, de descanso não somente durante o verão, mas durante todo o ano.

Isso vai, sem dúvida nenhuma, refletir diretamente no desenvolvimento sustentável de duas cidades e de toda uma região que nesses últimos três anos começa - nós, do sul do estado - a ver obras históricas saírem do papel. Citamos como exemplo o Aeroporto Regional de Jaguaruna, que já está aguardando alguns detalhes da ANAC para começar a operar. A via rápida de Criciúma que será, temos certeza, a rodovia mais bem projetada em Santa Catarina nesses últimos anos, já está em construção.

Também não posso deixar de citar aqui como conquistas importantes do sul do estado a serra do Faxinal, do extremo sul da nossa querida Praia Grande, que está também com o processo de licitação em curso, e uma obra federal, que é a serra da Rocinha, no município do Timbé do Sul, que vai abrir uma porta de entrada de desenvolvimento turístico, econômico e social para o extremo sul de Santa Catarina, garantindo um aumento do fluxo turístico, como também do intercâmbio econômico entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Quero aqui ressaltar e agradecer ao governador Raimundo Colombo e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira e elencar o trabalho de toda a bancada dos deputados do sul do estado na conquista dessa rodovia de Campo Bom, como também o nosso governador em exercício, deputado Joares Ponticelli, que também lutou muito para que isso pudesse acontecer, sendo inclusive premiado nesse

período em que está no governo. Ele desenvolveu ações dentro do governo para que pudesse, neste sábado, estar lá entregando a ordem para a licitação dessa rodovia.

O governador em exercício, deputado Joares Ponticelli, na sua região, trabalhou muito para que essa obra acontecesse. Obviamente que devidamente combinado e autorizado pelo governador Raimundo Colombo e sua equipe, ele vai fazer a entrega de uma conquista histórica. Para nós é motivo de orgulho ver o governador em exercício ter essa oportunidade. Para nós do sul será uma conquista histórica muito importante, pois isso vai desenvolver a nossa região.

Outra obra que também nos preocupa muito, e por isso estamos realizando uma audiência pública, é a barragem do Rio do Salto, que visa reforçar a garantia do abastecimento de água para a região e o controle de cheias, bem como também possibilitar a irrigação das lavouras de toda a região.

Mas o abastecimento urbano é fundamental, principalmente para os municípios de Hermo, Araranguá, Turvo, Meleiro e Timbé do Sul. É uma barragem situada no pé da serra, terá uma capacidade de 45 milhões de metros cúbicos para ser armazenada, uma barragem pequena, apenas 45 m de altura, mas que vai evitar cheias, garantir o abastecimento de seis cidades e também garantir em períodos de estiagem a irrigação de mais de 10 mil hectares de arroz, garantindo aos pequenos agricultores que não vai faltar água para as suas lavouras.

É um sonho de muitos anos que está próximo a acontecer, mas que ainda tem muitos entraves. É preciso reconhecer aqui o esforço da Casan, do governo do estado, inclusive já indenizando todos os moradores, mas é preciso que debatamos alguns entraves que teremos pela frente.

Essa obra está incluída no PAC 2 pela presidente Dilma Rousseff, o que para nós é importante. São mais de R\$ 66 milhões que estão previstos para investimento nessa obra, Mas é preciso que a sociedade catarinense, os órgãos ambientais, o Poder Executivo, o Poder Judiciário

e o Ministério Público Federal entrem num entendimento para que Santa Catarina não perca até o final deste ano esses R\$ 66 milhões que devem ser investidos nessa obra.

Por isso nós estaremos, no próximo dia 29, realizando uma audiência pública na cidade de Turvo. E aproveito para convidar todos os nossos pares e a população em geral para conhecerem o projeto de engenharia já realizado pela Casan e debaterem com a sociedade e com as instituições envolvidas a execução mais breve dessa barragem que já vem sendo aguardada há muitos anos por todos nós, do sul do estado, que é fundamental para desenvolver a nossa região.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSD que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0128/2012, do deputado Manoel Mota, e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0334/2013, de origem governamental.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0477/2013, de autoria da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere o Requerimento n. 1209/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que cumprimenta o prefeito e o presidente da Câmara de Vereadores de Lages pelo aniversário de emancipação político-administrativa.

Discussão e votação da Moção n. 0112/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao diretor presidente da Apis Nativa Produtos Naturais Indústria e Comércio, manifestando aplausos pela participação no Congresso Internacional de Apicultura, em Kiev, na Ucrânia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Temos aqui um pedido de suspensão da sessão para que os vereadores mirins possam se apresentar, mas me parece que eles estão ausentes neste momento. Então, daremos continuidade à sessão concedendo a palavra ao deputado Jailson Lima e, posteriormente, suspenderemos a presente sessão para ouvirmos esses jovens.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o nobre presidente, deputado Romildo Titon, e os companheiros da Casa.

Também quero fazer aqui a minha saudação ao companheiro Cláudio Vignatti que foi eleito, domingo, presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, dizendo que nesse processo eleitoral não tivemos a vitória individual de nenhuma força política interna do PT.

É importante registrar que, diferente do que tem tentado fazer a imprensa, esta não foi uma eleição de Cláudio Vignatti contra a ministra

Ideli Salvatti porque alguns jornais colocaram que a ministra Ideli saiu derrotada no estado de Santa Catarina.

Eram teses dos principais candidatos do nosso prefeito de Brusque, Paulo Eccel, a quem quero cumprimentá-lo pessoalmente também pelo brilhante papel que fez nesta disputa movimentando o partido e suas bases percorrendo o estado, assim como Cláudio Vignatti.

Eu, pessoalmente, tomei uma posição de apoio a Cláudio Vignatti por uma questão de justiça política. Um cidadão da envergadura política dele que quase foi senador de Santa Catarina não poderia ficar de fora do contexto do debate político, deputado Romildo Titon, que inclusive transcenderá o final do ano com o ano que vem, próximo pleito em Santa Catarina, com a disputa para governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

Então, é importante ficar o registrado de que aqui não eram disputas individuais e, sim, da perspectiva de que se quer construir no Partido dos Trabalhadores.

Ao mesmo tempo, quero fazer a defesa enfática da nossa ministra, tendo em vista as matérias que têm saído nos jornais, deputado Neodi Saretta, de que ela tenha utilizado helicóptero de Santa Catarina, do SAMU, para percorrer o estado, ou o helicóptero da Polícia Federal, que tem convênio com o SAMU.

É importante registrar que ela é uma ministra de estado e que as viagens que faz ao estado de Santa Catarina são para vistoriar obras, assinar contratos e convênios, o que caracteriza efetivamente a vinda de R\$ 10 bilhões de recursos para Santa Catarina do governo federal. Ela faz isso cumprindo com o papel político do governo, mas do dia para a noite tiraram uma fotografia dela se encaminhando ao helicóptero, ocasião em que iria visitar uma grande obra no estado, era uma ordem de serviço de uma rodovia federal, dizendo que ela estava utilizando o helicóptero do SAMU.

A matéria que li no jornal colocava, inclusive, que durante o período em que ela usou o helicóptero morreram seis pessoas que deixaram de ser atendidas e não sei mais quantos atendimentos. Primeiramente, o SAMU não busca cadáver, pois quando ocorre um acidente em que o paciente já foi a óbito, não é o SAMU que atende. Isso é importante registrar. Também é importante registrar que o SAMU não atende 100% das intercorrências porque ele é para emergência efetiva.

Normalmente, o atendimento intercorrente é feito pelas ambulâncias dos municípios da área de abrangência onde acontecem os acidentes ou onde há os pedágios das empresas que são contratadas por elas para atender aquela área, como é o caso, por exemplo, da BR-101, no estado de Santa Catarina.

A imprensa tenta caracterizar como alguém que utilizou o helicóptero para fazer um passeio em Santa Catarina. Essa é uma inverdade e nós estamos aqui contestando, primeiramente, a lealdade da nossa senadora para com a presidente Dilma Rousseff, segundo a sua capacidade, a sua disposição e determinação pelo trabalho para que as obras efetivas do governo federal sejam executadas a contento, no seu tempo, no preço estipulado, para que não ocorram desvios.

Portanto, aqui a minha defesa clara e enfática do papel da nossa ministra, principalmente na intermediação desses recursos que estão sendo encaminhados para Santa Catarina. E no dia 26, se não me engano, a presidente Dilma Rousseff estará em Santa Catarina para assinar novos convênios, sendo investidos mais R\$ 2 bilhões para o nosso estado, para o governador Raimundo Colombo, que hoje é o executivo deste estado.

Então, aqui o nosso registro de parabenização ao deputado Paulo Eccel, ao Cláudio Vignatti e aos demais candidatos que concorreram, principalmente a nossa defesa solidária à nossa ministra, que a imprensa, em determinados momentos, tenta desgastá-la quando diz que ela utilizou um helicóptero que tinha convênio com o SAMU. Diga-se de passagem, ela solicitou um meio de transporte à

Polícia Rodoviária Federal, que disponibilizou um helicóptero que tem um convênio. Porém, só foi utilizado porque efetivamente ele não estava em uso. É importante registrar que há mais de um helicóptero.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, quero apresentar aqui alguns pontos, alguns assuntos que foram objeto de recentes reuniões e encaminhamentos por parte da comissão de Saúde desta Casa.

Ontem, tivemos uma reunião muito importante, em forma de audiência pública, com representantes da secretaria estadual da Saúde e da secretaria da Fazenda. Pena que os titulares de ambas as secretarias não compareceram, mas encaminharam representantes, porque o tema do debate foi sobre a gestão do Fundo Estadual de Saúde.

Nós apresentamos um arrazoado a partir de uma coletânea de normas gerais citando vários artigos da Constituição, a Lei Orgânica da Saúde n. 8080, além da Lei Complementar n. 141, de dezembro de 2012, onde fica muito claro que a obrigatoriedade da gestão do fundo é do titular da saúde, pelo gestor único da saúde, sendo que no âmbito do governo federal seria o ministro da Saúde, no âmbito do governo do estado seria o secretário estadual da Saúde e no âmbito do município seria o secretário municipal da Saúde.

Em Santa Catarina, há uma anomalia porque o secretário da Saúde preside, administra o fundo e mais uma parte importante dos recursos do fundo estadual, os 12% que deverão advir do Tesouro do Estado, uma vez que é imposição constitucional, legal que o estado deve contribuir com 12% da arrecadação de impostos para a saúde, assim como os municípios com, no mínimo, 15%, e a União hoje a partir de um valor que a cada ano acrescenta para o ano seguinte, numa variação do PIB nominal. Por isso estamos numa luta gigantesca no plano

nacional, com o Saúde Mais Dez, para que a União aplique, no mínimo, 10% das receitas brutas correntes, ou seja, da arrecadação de impostos na saúde. Mas o estado tem que aplicar 12%.

Em Santa Catarina, os 12% que o estado deve aplicar mensalmente são repassados conforme bem convier, conforme é do interesse do conselho gestor, porque existe um conselho gestor do estado, em que o secretário estadual da Saúde não tem assento, e a parte dos 12% é repassada de forma totalmente aleatória. Num mês repassa um valor "x", no outro "y" e assim por diante. Não há uma determinação de um valor regular. Portanto, o principal gestor da Saúde, que é a secretaria estadual da Saúde, não tem autonomia, não pode decidir muitas vezes porque não sabe quanto vai receber, porque não há essa obrigatoriedade.

Na verdade, devemos corrigir com urgência essa anomalia na gestão dos recursos da Saúde em Santa Catarina. Os recursos que provêm do Fundo Nacional, por exemplo, vêm diretamente para o Fundo Estadual de Saúde e aí a secretaria, naturalmente, administra, mas esses recursos, na sua imensa maioria, já são recursos carimbados. Agora, a cota parte do estado deve, a cada mês, ser repassada na integralidade dos 12%, recursos que já são poucos, para que o titular, a secretaria estadual da Saúde possa dispor dos mesmos e administrá-los segundo as necessidades que a mesma apresenta.

Até falo isso embassado, porque há dois dias tive uma reunião com a secretaria da Saúde para despachar sobre uma série de assuntos que estavam represados na comissão de Saúde desta Casa. Começamos às 11h e fomos até as 18h. Foram mais de quatro horas de reunião para poder dar vazão aos assuntos.

Em grande parte deles, a secretaria apenas se limitava a dizer que não sabia, que não poderia assumir nenhum compromisso efetivo de encaminhar para este ano, porque já não sabe o que vai dispor de recursos, sendo tudo já protelado para o ano que vem. E dentre os temas que despachamos, estavam vários hospitais. Por exemplo, o Hospital

Universitário Pequeno Anjo, de Itajaí, que tem um problema que se arrasta há muito tempo. E quando foram discutidas as redes de atenção de urgência e emergência na Acib, foi dado um determinado encaminhamento no sentido do compromisso que a secretaria estadual deve assumir até que o ministério da Saúde reconheça uma portaria, habilitando esse hospital como uma referência em pediatria na nossa região.

Mas os recursos não existem. Apresentei à secretaria, junto com as irmãs franciscanas dos hospitais de Ituporanga, de Presidente Getúlio, de Angelina, de São João Batista, no vale do rio Tijucas, de Gaspar, que também passa por uma situação de dificuldade. Enfim, todos estão necessitando de amparo, de recursos de custeio e outras necessidades.

Na verdade, são vários problemas que em parte também ficam prejudicados ou a solução fica prejudicada ou adiada, até por falta de autonomia na gestão do próprio fundo estadual. Quando a cota parte do estado, os 12% que o estado deve repor mensalmente, integralmente para a secretaria do estado, na verdade, não são repassados porque deve ser conforme a conveniência, a decisão do conselho gestor do estado, capitaneado pela secretaria da Fazenda.

Neste sentido, nós apresentamos à secretaria uma série de outras propostas resultantes das subcomissões da comissão de Saúde. E a subcomissão apresentou uma proposta para a implantação das práticas integrativas e complementares à saúde. O estado deve dispor de um programa estadual.

Então, é importante a articulação com os incentivar os municípios, porque já é uma política deliberada pelo ministério da Saúde, no plano nacional, que tem linhas de financiamento próprio. Mas é lógico que o estado precisa criar uma estrutura mínima dentro do seu organograma para poder também incluir essas políticas relacionadas com as práticas integrativas e complementares, como a homeopatia, a acupuntura, as plantas medicinais e tantas outras, como o termalismo social em nosso estado. O nosso estado é rico em

fontes de águas termais, que têm poder curativo, poder de tratamento, poder terapêutico, mas muitas vezes não sabemos aproveitar esse potencial fabuloso.

Também apresentamos à secretaria, como resultado de uma subcomissão, a implantação de políticas adequadas à saúde da população negra, porque a população afrodescendente tem determinadas especificidades que devem ser atentadas, cuidadas pelos programas estaduais de saúde, como, por exemplo, a anemia falciforme, que é muito mais prevalente na população negra.

Apresentamos, da mesma forma, à secretaria uma proposta de ampliação dos recursos que são disponibilizados aos municípios, para atender a suplementação alimentar aos pacientes portadores de câncer que estão em tratamento ambulatorial de radioterapia e de quimioterapia. Esses pacientes vêm de vários municípios menores para um município sede, para fazer radioterapia, por exemplo, ou quimioterapia, e passam o dia sem se alimentar. Uma contradição ao paciente que já está...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. parlamentares, tenho o requerimento em mãos da Escola do Legislativo, assinado pelos srs. deputados, para suspensão, por até dez minutos, da presente sessão, para que possamos ouvir os vereadores mirins.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Nós agradecemos a presença dos vereadores mirins que compõem a Escola do Legislativo neste evento, cumprimentando-os pelas brilhantes palavras que aqui dirigiram. E mais uma vez está provado que esse tema desperta nos jovens o interesse pelo conhecimento da política no todo e foi isso que vocês demonstraram no dia de hoje.

Por isso parabenizamos e desejamos muito sucesso na atividade de vocês e agradecemos pela participação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de parabenizar os vereadores mirins e todos os organizadores.

Quero dizer que os projetos das Câmaras de Vereadores mirins, como os dos deputados estaduais mirins, têm grandes lideranças. Parabéns a esses jovens aqui presentes, os que falaram e todos que acompanharam.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta!

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.